



O antissemitismo em uma breve perspectiva histórica: de Roma ao nazismo

The Anti-Semitism in a Brief Historical Perspective: from Rome to Nazism

Fábio Antunes Vieira*

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) | Montes Claros, Brasil

antunesfabioantunes@gmail.com

Resumo: O antissemitismo como prática do totalitarismo nazista, tanto pelo discurso quanto pelo Holocausto, representa sua manifestação mais conhecida mundialmente. Contudo, suas origens demandam um retorno até Roma, onde as divergências entre o judaísmo e o emergente cristianismo contribuíram para edificá-lo. Assim, o propósito deste artigo consiste em favorecer alguma compreensão histórica acerca do assunto, a partir de algumas abordagens que estabeleçam uma ponte entre os primórdios do antissemitismo e do cristianismo, bem como da apropriação dos *Protocolos dos Sábios de Sião* pelos nazistas.

Palavras-chave: Antissemitismo. Cristianismo. Nazismo.

Abstract: Anti-Semitism as a practice of Nazi totalitarianism, both by discourse and by the Holocaust, represents its most well-known manifestation worldwide. However, its origins demand a return to Rome, where the divergences between Judaism and the emergent Christianity contributed to build it. Thus the purpose of this article is to foster some historical understanding of the subject from some approaches that bridge the gap between the early anti-Semitism of Christianity and the appropriation of the *Protocols of the Sages of Zion* by the Nazis.

Keywords: Anti-Semitism. Christianity. Nazism.

A diáspora¹ promovida sob a liderança do imperador romano Adriano no século II, expulsou milhares de judeus sobreviventes ao massacre que vitimou mais de 580 mil deles e intensificaram a migração para diversas partes da Europa (a maior parte dela

* Doutorando em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros e Professor do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais.

¹ "Diáspora", no sentido posto no texto, diz respeito a "dispersão" ou exclusão forçada dos judeus da Palestina, mais especificamente da região da Judéia que a compunha. Embora tenham ocorrido outras anteriormente, esta foi decorrente da repressão romana a tentativa emancipacionista dos judeus, conhecida como Revolta de Barcoquebas, entre 132 e 135 d.C. Estima-se a morte de mais de 580 mil judeus, além de milhares de outros mutilados, presos, escravizados e exilados em várias partes do mundo antigo.



dominada pelos próprios romanos), sobretudo, para suas extensões central e oriental. A partir do século III, o Império Romano, muito em função da "anarquia militar",² se viu inscrito em uma grave crise econômica e escravista. Isso impactou negativamente a "política de pão e circo", bem como forçou uma parte significativa da população mais pobre do Império a se estabelecer servilmente no campo, como alternativa a gradual escassez de mão de obra escrava, particularmente após a "lei do colonato" no século IV.³ Além disso, muitos inimigos de Roma, que outrora respeitavam o poderio de seu exército, passaram a invadir suas fronteiras, causando grande apreensão interna. Diante deste quadro pessimista, a população intensificou a busca por uma perspectiva religiosa que lhes resguardasse alguma esperança, que naquele momento a mitologia romana já não podia oferecer. Assim, o cristianismo, em meados do século I, muito em função das pregações do apóstolo Pedro e de Paulo, ganhou notoriedade entre muitos habitantes de Roma, na medida em que passou a ser compreendido como um credo religioso dissidente do judaísmo.

O destaque da nova fé, também não passou despercebido pelas autoridades governamentais, que desencadearam a repressão, sobretudo a partir do imperador Nero.⁴ Apesar disso, a nova fé se fortaleceu gradualmente dentre os romanos, muito em função do duplo discurso da possibilidade da remissão dos pecados e da salvação da alma por meio de Jesus, proferido em um momento conturbado de crise do Império,

² As gigantescas proporções territoriais do Império Romano, bem como a multiplicidade de situações adversas a serem enfrentadas em suas extensões, tornaram cada vez mais difícil a governança eficaz dos imperadores a partir de Roma, visto as tecnologias de informação e de transporte então disponíveis no século II. Assim, de modo a melhor responderem aos problemas de um modo mais imediato, gradualmente os imperadores foram fortalecendo a autoridade dos seus generais das províncias. Diante de tal quadro, após o assassinato do imperador Cômodo em 196 d.C., a ausência de um sucessor direto somado ao desprestígio do Senado, em parte promovido pelos próprios imperadores, resultaram uma série de guerras civis entre os generais das províncias pelo poder central, fato descrito como anarquia militar. A título de exemplo, entre 235 e 284 d.C., Roma teve 26 imperadores generais, o que demonstra a volatilidade política. Tal realidade quebrou a coesão do Exército e o enfraqueceu, implicando a contenção da política expansionista e, por consequência, a redução da tributação e de escravos. O resultado foi uma grave crise econômica e social, a fome, os surtos epidêmicos, bem como a gradual substituição da mão de obra escrava pela servil. Fragilizado, o Império passou a sofrer sucessivas ondas de invasões de vários povos, dentre os quais os germânicos, em um processo progressivo que culminou com a queda da parte Ocidental no século V. A este respeito ver: GIORDANI, 2006, p. 75-89; BURNS, 1980, p. 164-168.

³ CALAINHO, 2014, p. 19.

⁴ GIORDANI, 2006, p. 335-346.



sobretudo sua parte ocidental, em que os prazeres mundanos, inscritos na concepção do *carpe diem*, foram se tornando cada vez mais inacessíveis à maioria da população.

Diante de tal quadro, o imperador Constantino, no início do século IV, procurando contornar a crise vinculada a "anarquia militar" e controlar a nova religiosidade emergente, edificou uma segunda capital para o Império no leste europeu, batizada de Constantinopla, bem como concedeu liberdade de culto aos cristãos, por meio do chamado "Edito de Milão" em 313 d.C. Ao final do mesmo século, o imperador Teodósio, imbuído de propósitos análogos aos de Constantino e buscando otimizar a administração do vasto Império, o dividiu em Ocidental e Oriental (Bizantino), tomando respectivamente Roma e Constantinopla como suas capitais. Além disso, oficializou o cristianismo enquanto credo dos romanos, dotando-o de uma hierarquia quase militar e de um conjunto de normas iniciais de funcionamento, de modo a procurar subordiná-lo ao Estado. Assim, as práticas religiosas da comunidade de cristãos centrada em Roma, começaram a ser institucionalizadas enquanto religião sob a chefia de um "papa" ligado ao Imperador. Oficialmente, só foi intitulada como Católica Apostólica Romana no século XI, por ocasião do "cisma" promovido pelo também fortalecido Cristianismo Ortodoxo, chefiado pelo "patriarca" de Constantinopla sob a proteção dos imperadores bizantinos.

O fortalecimento e a influência do cristianismo na Europa, seja no Ocidente após a queda de Roma no século V, seja no Oriente dominado pelo Império Bizantino, cooperou para o advento do antissemitismo moderno. Para tanto, um dos argumentos essenciais que fundamentaram a oposição dos cristãos aos judeus, foi elaborado a partir da teoria da traição a Jesus. Segundo a tradição religiosa, enquanto para a maioria dos cristãos Jesus é o personagem em torno do qual o cristianismo foi edificado, para muitos judeus o mesmo Jesus foi interpretado como um falso profeta, um blasfemo ao se posicionar como o esperado Messias. Assim compreendiam muitas das lideranças religiosas judaicas na época, ligadas, sobretudo, aos Fariseus, dentre os quais alguns que cooperaram para as circunstâncias que resultaram na sentença de crucificação de Jesus por um tribunal romano, presidido pelo general Pôncio Pilatos.

Também sob risco de penalidades, a maioria dos discípulos de Jesus, guardiões da nova fé, terminou por se espalhar em pregação para além das fronteiras da antiga Palestina. Este fato, dentre outras coisas, dificultou uma maior expansão do cristianismo no primeiro século justamente em sua região embrionária, mantendo ali o judaísmo a condição religiosa preponderante, pelo menos até as diásporas promovidas pelos romanos no século II. No mais, é necessário evidenciar que, embora o cristianismo tenha suas raízes fincadas no judaísmo, a existência pacífica entre ambos foi se tornando cada vez mais inviabilizada, na medida em que o preconceito mútuo passou a se acentuar e ser sistematizado, entre outras coisas, justamente em função das interpretações diversas que se faziam acerca de Jesus, seus ensinamentos e as



consequentes interfaces destes com as questões políticas, econômicas e sociais das comunidades envolvidas.

No que tange ao antissemitismo cristão, é válido salientar que o Novo Testamento, inclusive, apresenta algumas passagens que, historicamente, foram interpretadas e utilizadas por muitos cristãos e líderes políticos, de modo a contribuir para sua emergência. Neste sentido, para além dos juízos dispensáveis aqui, admitindo como Marc Bloch que os "livros sagrados" dos "cristãos" são "livros de História",⁵ é oportuno neste texto que algumas destas passagens bíblicas sejam destacadas, uma vez que corroboram e prestam alguma fundamentação ao assunto tratado. Assim, no que concerne a teoria da traição, dentre outras passagens, 1 Tessalonicenses 2:15 e Mateus 27:24 e 25, são elucidativas. Na primeira, Paulo e Timóteo, em carta enviada aos gregos cristãos da Tessalônica, salientam que eles deveriam se preparar para a opressão de opositores da nova fé cristã, a exemplo daqueles "judeus que mataram o Senhor Jesus, que" os "perseguiram, que não são do agrado de Deus" e "que são inimigos de todos os homens". Já na segunda passagem, que trata da condenação de Jesus a morte pelo general romano Pôncio Pilatos, este, ao argumentar ser "inocente do sangue deste homem: Isto é lá convosco!", teria ouvido de parte dos judeus que compunha a agitada multidão a seguinte afirmação que sugere responsabilização, qual seja, que "caia sobre nós o seu sangue e sobre nossos filhos".⁶

Que pese a existência de um número ainda maior de passagens do Novo Testamento cristão favoráveis aos judeus, a citar Romanos 11 (que trata da "Salvação de Israel"), continuando com aqueles geralmente interpretadas pelo viés do antissemitismo, talvez nenhuma outra seja tão significativa quanto a contida em João 8: 44 e 45. Segundo o conteúdo desta passagem, durante uma pregação no Monte das Oliveiras, Jesus, após algumas contestações de um grupo de judeus, teria os repreendido dizendo: "vós tendes como pai o demônio e queres fazer o desejo de vosso pai" e "a verdade não está nele [...]. Mas eu, porque vos digo a verdade, não me credes". Evidentemente outra interpretação possível é a de que Jesus teria se reportado aos incrédulos em termos genéricos e não especificamente aos judeus em si. Contudo, visto que o capítulo 8 do livro de João é marcado pelo termo "judeu" para se referir a parte

⁵ BLOCH, 1999, p. 32.

⁶ Do ponto de vista histórico, parece contraditória a preocupação de Pilatos em relação a Jesus enquanto prisioneiro. Sua responsabilidade enquanto governador a serviço de Roma na Judéia, bem como sua reputação de homem severo, destoam do tratamento sugerido bíblicamente, ainda que sua esposa, Cláudia, manifestasse uma tendência cristã. Contudo, visto que na História a verdade não está nos fatos em si, mas na forma como é admitida na memória coletiva, a aceitação da ideia contida no evangelho de Mateus, de que os judeus, ou boa parte deles, assumiram a responsabilidade pela condenação de Jesus, muito contribuiu para o antissemitismo.



dos presentes à pregação, que insistiam em desafiar Jesus, a passagem em questão, assim como as demais supracitadas, foram e continuam a ser interpretadas por muitos de modo a corroborar com o antissemitismo.

Como evidenciado, historicamente a tradição religiosa dos judeus, ou pelo menos da maioria deles, é marcada pela fé na vinda de outro Messias. Assim, céticos acerca da divindade de Jesus e acusados de terem contribuído para sua morte, milhares de judeus, dispersos entre os séculos I e II em uma Europa marcada pelo avanço do cristianismo, passaram a sofrer gradualmente dos seguidores desta nova fé, o preconceito e a perseguição, sobretudo após o processo de institucionalização desta mesma nova fé enquanto religião, a partir do século IV. Assim, a teoria da traição dos judeus ao "Filho de Deus encarnado" dentre eles, como interpretado bíblicamente por parte significativa dos cristãos, sobretudo nos primeiros séculos de emergência da nova religião, muito contribuiu para o advento do antissemitismo. No mais, como os judeus continuaram a serem vistos como traidores de Jesus pelo princípio da negação de sua divindade, bem como por não atribuírem a possibilidade de salvação a partir dele, foram tomados por muitos cristãos como pessoas más ou indignas de confiança, pois, do ponto de vista religioso cristão, quem não partilha o lado do bem a partir de Jesus, partilha necessariamente o lado do mal, como expresso no evangelho de João. A este embrião maniqueísta, todos os demais atributos ruins conferidos aos judeus ao longo da História, foram somados e intensificados até o advento do Nazismo e do Holocausto.

Associado ao elemento religioso, as atividades econômicas praticadas pelos judeus, bem como o esforço para se manterem coesos enquanto nação sem estado a partir de outros estados, contribuíram para potencializar as diferenças. Assim, quanto mais boa parte dos judeus ratificavam distinções em relação às populações cristãs, gradualmente mais passaram a serem vistos em meio a estas como maus, diabólicos, intrusos, apátridas, espúrios, nocivos, gananciosos [...] ou culpabilizados por mazelas ao longo da História, de modo a ocultarem responsabilidades de outros atores sociais, quando não dos próprios judeus, bem como fomentar o alcance dos intentos mais diversos dos seus opositores ou de oportunistas.

Considerando tal contexto adverso, uma parte dos judeus firmou o entendimento de que era necessário retomar o controle das terras onde vivera o patriarca semita Abraão⁷

⁷ Abraão é semita por ser considerado descendente de Sem, filho de Noé. É o primeiro personagem bíblico o qual se há evidências históricas e teria vivido por volta de 1800 aC. Teve dois descendentes, sendo o primogênito Ismael, proveniente de uma relação extraconjugal com uma criada de origem egípcia chamada Agar. Já Isaac nasceu de seu relacionamento com sua esposa Sara. Após sua morte, estes descendentes travaram uma guerra pela sucessão. Isaac saiu vitorioso e deu sequência a história dos hebreus, mais tarde chamados judeus. Já Ismael, refugiou-se com os seus na Península Arábica,



e seu filho Isaac, seu neto Jacó (também chamado Israel) e as doze tribos dele descendentes (antes e após o cativo no Egito), além dos reis Davi e Salomão. Em outras palavras, uma parte dos judeus nunca deixou de cogitar a possibilidade de voltar a constituir um estado judeu nas terras embrionárias à sua própria história, ou seja, a antiga província romana da Palestina, constituída por Judéia, Samaria e Galiléia nos tempos de Jesus. Neste sentido, vários são os acontecimentos históricos que confirmam tal intento por parte dos judeus, a exemplo da tentativa de controle de Jerusalém no século VII, a partir de uma aliança com os persas sassânidas contra os cristãos bizantinos. Contudo, visto que o objetivo deste texto vincula-se a uma linha de raciocínio que fomente certa compreensão acerca de alguns aspectos históricos do antissemitismo, a iniciativa dos judeus de formação do próprio Estado a partir do "movimento sionista" é de maior interesse para tanto, em função da vinculação promovida pelos antissemitas entre este acontecimento e os *Protocolos dos sábios de Sião*, documento histórico de enorme custo aos judeus.

O "movimento sionista" foi desencadeado no final do século XIX, com base no sentimento nacionalista de autodeterminação do povo judeu. Assim, a inversão dos efeitos históricos das "diásporas", tal qual a gradual assimilação dos judeus às sociedades onde passaram a viver ao longo dos séculos, era entendida como necessária, de modo a garantir a manutenção da identidade cultural e religiosa destes. Para tanto, a constituição de um estado nacional judeu passou a ser admitida como indispensável, preferencialmente na Palestina, habitada desde o século VII majoritariamente por outro povo semita, descendente do mesmo patriarca Abraão a partir do seu filho Ismael, qual seja, os árabes seguidores do Islã do profeta Maomé. Em termos de curiosidade, a palavra "sionismo" deriva de "sion", "zion" ou "sião", nome atribuído a uma colina existente em Jerusalém, durante a conquista pelo rei Davi na antiguidade judaica. Segundo o judaísmo, ali seu filho Salomão teria construído o primeiro templo a abrigar a chamada "arca da aliança" por volta do século X a.C., destruído pelos babilônios no final do século VI a.C. Nesse mesmo local, no final do século I a.C., um segundo templo foi erguido por Herodes "o Grande", vindo a ser novamente destruído, desta vez pelos romanos sob a liderança do general Tito, durante a "diáspora" do século I. Suas ruínas, que compõem o "muro das lamentações", é um sagrado centro de orações para os judeus.

Voltando ao sionismo, um dos seus maiores nomes foi o jornalista judeu austro-húngaro, Theodor Herzl, cujo pensamento foi expresso em seu livro mais conhecido, intitulado *O Estado Judeu*, publicado em 1896. Herzl inicialmente acreditou que a

contribuindo para a emergência dos árabes, unificados no século VII por Maomé. Esta querela, é uma das razões que resultaram os conflitos entre judeus e árabes, que se arrastam modernamente como árabe-israelense após a formação do Estado judeu de Israel em 1948, sob parte do território palestino também habitado pelos árabes desde o processo de expansão islâmica no século VII.



assimilação dos judeus às sociedades as quais estavam inseridos, seria o melhor caminho para o gradual retrocesso do antissemitismo histórico. Contudo, após vivenciar, por força do ofício, as injustiças praticadas contra o oficial franco-judeu Dreyfus em 1894 na França, percebeu que a assimilação cultural, a conversão religiosa e a plena integração dos judeus às sociedades as quais viviam, não seriam suficientes para o fim do preconceito. Assim, passou a ser um dos mais destacados defensores da autodeterminação dos judeus e da formação de seu estado nacional. Imbuído de tal propósito, cooperou significativamente para a realização do "Primeiro Congresso Sionista" realizado na cidade de Basiléia, Suíça, em 1897. Eis a circunstância histórica em que os chamados *Protocolos dos sábios de Sião* foram pensados posteriormente pelos desafetos dos judeus.

O livro *Protocolos dos sábios de Sião* é um compêndio textual distribuído em 24 capítulos, ou protocolos, apresentados como atas de supostas reuniões de um grupo de sábios líderes judeus ligados aos sionistas, realizadas em 1897 na cidade de Basiléia, Suíça, em clara alusão ao "Primeiro Congresso Sionista". Contudo, contrariando o real intento do Congresso, os Protocolos descrevem supostos planos secretos judaicos para o controle mundial, após alcançado o colapso dos estados nacionais modernos. Para tanto, manipulação econômica, controle dos meios de comunicação, instabilidade política, alteração do sistema financeiro internacional e, dentre outras coisas, conflitos religiosos, seriam algumas das táticas a serem empregadas. Sobre suas origens, mesmo após um século de sua divulgação, ainda há muita especulação. Uma das teorias mais aceitas, conforme é a de que teriam sido criados por volta do ano de 1898 por Mathieu Golovinski, aristocrata russo que serviu a Okhrana, a temerária polícia política czarista.⁸

Golovinski, que passou parte de sua vida trabalhando na França, teria lido uma obra do escritor francês Maurice Joly, intitulada *Diálogo no Inferno Entre Maquiavel e Montesquieu*, publicada em 1865. Trata-se de uma sátira, cujo conteúdo versa sobre uma conspiração articulada entre ambos os pensadores a partir do inferno, de modo a desestabilizar e derrubar o governo do Imperador Napoleão III da França, a quem Joly era opositor. Visto que seu conteúdo, pouco conhecido no final do século XIX, tinha potencial adaptativo para ser aplicado contra qualquer governo, Golovinski, um antissemita declarado, teria plagiado boa parte de seu conteúdo, de modo a fomentar ainda mais o ódio aos judeus, apresentando-os como conspiradores internacionais, por meio dos ditos *Protocolos de Sião*.⁹

Apresentado ao Czar Nicolau II da Rússia, em um contexto nefasto de guerra contra o Japão e graves agitações internas no início do século XX, tal imperador compreendeu o oportunismo dos Protocolos. Governando em meio a uma grave crise econômica e

⁸ CONAN, 1999.

⁹ CONAN, 1999.



de autoridade política um Estado territorialmente gigantesco, de baixa coesão nacional, majoritariamente campesino, pouco desenvolvido tecnologicamente quando comparado as potências industriais do ocidente europeu, bem como sob a perspectiva de uma revolução, Nicolau II avaliou que uma explicação conspiratória, engendrada por um inimigo socialmente e religiosamente aceito, poderia garantir-lhe maior apoio e a manutenção de seu governo. Assim, no mesmo ano em que a retaliação violenta aos manifestantes em São Petersburgo (no chamado "Domingo Sangrento") ampliou a crise de autoridade do Czar, os *Protocolos dos Sábios de Sião* foram publicados em sua integralidade, ou seja, no ano de 1905.

A publicação dos Protocolos na Rússia não pode ser admitida meramente como um oportunismo político a serviço do czarismo. Na verdade, o antissemitismo nas extensões do Império Russo é muito antigo e o mais intenso dentre os impérios europeus até então. Cristianizada por volta do século X, a população russa passou a ser afetada pela migração dos refugiados judeus provenientes das encostas do monte Ararate (atualmente na Turquia) no século XIII, vítimas do expansionismo violento dos mongóis, desencadeado no mesmo século por Genghis Khan. Este acontecimento contribuiu significativamente para que a Rússia, sobretudo em suas extensões da Ucrânia e da Polônia, passasse a concentrar a maior população de judeus dentro da Europa.

Temendo a ampliação da influência judaica dentro do Império e sofrendo pressão dos patriarcas cristãos ortodoxos, muitos czares da dinastia Romanov atuaram de modo a contribuir para a ampliação do antissemitismo, embora não deixassem de se apropriarem em alguns momentos da capacidade empreendedora dos judeus para a promoção do desenvolvimento econômico, a exemplo de Pedro "O Grande" e de Catarina II, entre os séculos XVII e XVIII. Contudo, mesmo esta última sendo um dos expoentes do chamado "despotismo esclarecido" na Rússia, praticou política antissemita ao criar a chamada "zona de residência", também conhecida como "cherta Osedlosti", envolvendo parte dos territórios da Polônia, Ucrânia, Bielorrússia e Lituânia. Ali, confinou aproximadamente noventa por cento dos judeus. Exceção a regra, apenas os judeus considerados "úteis", fosse pelo seu nível de instrução ou riqueza, poderiam viver fora da área de delimitação.¹⁰

Dentre tantos exemplos históricos que poderiam ser aqui descritos, outra manifestação do antissemitismo russo, corroborado e incentivado pelos Romanov, diz respeito aos pogroms ao final do século XIX. Após o assassinato do Czar Alexander II em 1881, investigações potencializaram o envolvimento de um judeu nos acontecimentos, fato que contribuiu para desencadear sucessivos ataques violentos (pogroms) contra os russos de origem judaica. Tais ataques, estimados em mais de duzentos até 1894, foram negligenciados pela polícia e pelo governo, resultando a migração em massa dos

¹⁰ MORASHÁ, 2006.



judeus a partir de então. Estima-se que entre 1881 e 1920, mais de 2 milhões de judeus, de um total aproximado de 5 milhões, tenham fugido da Rússia. Dentre os que ficaram, muitos passaram a cooperar com os movimentos destinados a derrubada do czarismo.¹¹

Embora muitos russos descendentes de judeus tenham ideologicamente internalizado as teorias do também descendente de judeu, Karl Marx, tais como Julius Martov e Trotsky, a maioria dos que se envolveram nos acontecimentos revolucionários de 1917, o fizeram muito mais por oposição ao regime czarista e ao patriarcalismo cristão ortodoxo, ambos admitidos pelos judeus como antissemitas, do que por qualquer outra coisa. Para boa parte dos judeus russos, a participação revolucionária que derrubou o czarismo, que fragilizou o cristianismo ortodoxo e que fomentou o socialismo real, foi um ato de sobrevivência, de reação ao antissemitismo secular, uma reação aos efeitos nefastos dos *Protocolos dos sábios de Sião*. Contudo, para infortúnio dos judeus, tais Protocolos passaram a ser divulgados em toda a Europa (e dali para o mundo) pelos apoiadores do antigo regime russo, que conseguiram escapar à repressão dos Bolcheviques.

Na Alemanha, os Protocolos chegaram às mãos de Adolf Hitler, possivelmente, por meio de Alfred Rosenberg no início da década de 1920, no momento em que as "massas começaram a sentir uma atração especial por todos os movimentos antinacionais"¹². Na ocasião, o ex-cabo do Exército Alemão e herói condecorado da Primeira Guerra Mundial, Adolf Hitler, buscava se consolidar como líder do partido Nazista. Tratava-se de um partido pequeno, embrionariamente criado pelo ferroviário Anton Drexler e carregado pelo discurso nacionalista e antissemita. Aqui, se admitido como um político dentre tantos outros com pretensões eleitorais, Hitler não fugiu a regra no que tange a articulação e a publicidade de um discurso de massa destinado a obtenção dos votos, sem os quais, em uma sociedade democrática como era a alemã naquele momento histórico, a ascensão ao governo não parecia ser possível.¹³

Derrotados na Primeira Guerra Mundial e humilhados pelo Tratado de Versalhes de 1919, era difícil à boa parte dos alemães encontrar explicações plausíveis que justificassem o caos vivenciado no início da década de 1920. Se décadas antes, a ideia

¹¹ MORASHÁ, 2006.

¹² ARENDT, 2008, p. 172.

¹³ É conveniente memorar que, em 1923, mesmo diante das fragilidades da República de Weimar, Hitler tentou ascender ao poder por meio de um golpe malsucedido. Que pese a inadequação do momento histórico para tal tentativa, visto que a contenção da revolução comunista pelos *Freikorps* e a cooperação econômica proveniente dos EUA inviabilizavam maior propensão à radicalismos políticos, Hitler percebeu que o fortalecimento do partido Nazista seria decorrência do discurso e da propaganda de massa.



de nação enquanto raça foi belicosamente empreendida de modo a edificar o Segundo Reich Alemão, os acontecimentos da Primeira Guerra tornaram incompreensível a derrota daqueles então admitidos como os bastiões da elite branca europeia.¹⁴ Assim, submetidos a um contexto de grave crise econômica, social e de autoridade política, bem como abalados em seu ego nacionalista, os alemães passaram a articular suas estratégias de sobrevivência. Neste sentido, enquanto uma parcela significativa do operariado se viu seduzida pelo marxismo e o exemplo russo de sua aplicação, outra buscava garantir a manutenção do capitalismo, ainda que sob o preço de alguma forma de autoritarismo de direita. Em meio a tais circunstâncias, Hitler percebeu que o discurso de incitação do preconceito, do ódio a um inimigo que pudesse ser objetivamente aceito pela maioria, resultaria, a título de mentira utilitária, não apenas a personificação do culpado por todos aqueles acontecimentos nefastos, como também favoreceria o ufanismo nacionalista em uma sociedade de massa, sem a qual o movimento totalitário não poderia triunfar.

Considerando que "não existe nenhuma estrutura social que não se baseie mais ou menos em preconceitos, através dos quais certos tipos de homens são permitidos e outros excluídos",¹⁵ não foi difícil para Hitler determinar quem seriam estes últimos, ou seja, os judeus. Não fugindo a regra observada no restante da Europa, embora o percentual de judeus alemães não fosse numericamente tão significativo, historicamente eles também foram vitimados pelo preconceito, mesmo pelos cristãos luteranos, como sugere o texto de Martinho Lutero intitulado "Sobre os Judeus e Suas Mentiras", publicado em 1543 no outrora Sacro Império Romano Germânico. Para além da questão religiosa que opunha os cristãos aos judeus, por razões historicamente já abordadas neste texto, outras também cooperaram para o preconceito.

Durante a Idade Média, como as obrigações entre os senhores feudais, bem como entre estes e as camadas servis, eram celebradas por meio de rituais e juramentos cristãos, aos judeus era dificultoso uma melhor adaptação ao modo de produção feudal. Assim, sobretudo após as Cruzadas, muitos judeus contribuíram embrionariamente para a emergência do capitalismo, a partir de suas práticas econômicas vinculadas ao comércio, a agiotagem, a implementação de um sistema cambial e bancário, a valorização do uso das moedas e a ideia de lucro que, dentre outras coisas, por destoarem dos interesses e prerrogativas defendidas pela Igreja Católica, a exemplo da teoria do "preço justo", terminavam sendo consideradas práticas de "usura", um pecado grave. Evidentemente não é intenção aqui afirmar que apenas os judeus

¹⁴ A título de exemplo, seguindo uma tendência de uma parte da aristocracia europeia no século XIX, o francês Arthur de Gobineau chegou a defender que "onde o elemento germânico não penetrou, nosso tipo de civilização não existe". MARQUES, 1994, p. 36. Sobre as origens mais contemporâneas acerca da ideia da superioridade racial dos alemães, ver: VIEIRA; JESUS, 2017, p. 108.

¹⁵ ARENDT, 1998, p. 5.



constituíram a chamada classe burguesa na Baixa Idade Média. Longe disso. Todavia, face ao preconceito de caráter religioso já sofrido, à eles melhor coube a condição de "usurários" e materialistas, que irrompeu no tempo, como é possível apreender da obra *A bolsa e a vida*, de Jacques Le Goff.

Outros argumentos que cooperaram mais modernamente para a ampliação do ódio aos judeus, e que vieram a ser muito bem aproveitados pelos nazistas, vinculam-se a questão do imperialismo e as teorias raciais. Consequência direta das revoluções industriais, o termo "imperialismo" provem do final do século XIX, momento em que, visando assegurar suas necessidades de crescimento industrial, econômico, ou mais concretamente de reprodução do capital, as burguesias industriais impulsionaram seus governos a um processo expansionista que os conduziram necessariamente às guerras, como afirmou Eric Hobsbawm.¹⁶ Assim, admitindo que a concorrência entre 'impérios armados até os dentes' não pudesse terminar "de outro modo que não a vitória para um e a morte para os outros",¹⁷ tal vitória, na perspectiva das teorias raciais desenvolvidas no mesmo século, passou a ser condicionada também pela genética. Em outras palavras, em um momento histórico em que a superioridade genética de um povo, de uma nação, era aferida pela sua capacidade de dominação sobre outros povos, pela capacidade expansionista de seu Estado, a inferioridade genética, por sua vez, era atestada pela subserviência ao mais forte ou, no caso mais específico e extremo dos judeus, pela incapacidade de constituição do próprio estado nacional. Em tal condição, não foi difícil associar os judeus como um povo parasitário, dentre outros termos análogos, como fez Hitler em *Mein kampf*, sobretudo no capítulo XI, no qual trata de "povo e raça".

Considerando que Hitler admitia, conforme o pensamento racial daquele momento histórico, que "o resultado do cruzamento de raças" é o "rebaixamento do nível da raça mais forte", bem como seu "regresso físico e intelectual",¹⁸ a miscigenação dos alemães com os judeus passou a servir como uma das explicações para a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial e todo caos dela decorrente. Desse modo, o extermínio dos judeus passou a ser associado com a própria necessidade de sobrevivência dos alemães, uma forma de eugenia, indispensável ao projeto de constituição da futura raça ariana e, por consequência, do domínio mundial desta raça em meio as disputas imperialistas.

Como exposto, embora o discurso nacionalista tenha contribuído para ascensão dos nazistas ao poder, particularmente após os efeitos da crise capitalista de 1929, ele não expressava os limites dos verdadeiros anseios do próprio Hitler e sua perspectiva de uma guerra racial global, ou seja, para além da Alemanha. Neste sentido, conforme

¹⁶ HOBBSAWM, 2006, p. 93.

¹⁷ ARENDT, 2006, p. 156.

¹⁸ HITLER, 2001, p. 213.



entendeu Hannah Arendt, o "movimento totalitário" destinado a conquista do controle do Estado, se difere do "totalitarismo no poder", pois, quando este "detém o controle absoluto, substitui a propaganda pela doutrinação e emprega a violência não mais para assustar o povo [...], mas para dar realidade às suas doutrinas ideológicas e às suas mentiras utilitárias".¹⁹ Assim, somente quando o "fascismo é compreendido como um movimento internacional e antinacional torna-se possível entender por que os nazistas, com uma frieza ímpar e sem se deixar desviar por qualquer sentimento nacional ou escrúpulo humano em relação ao bem-estar de seu povo, permitiram que sua terra natal se transformasse num matadouro"²⁰. Para tanto, "as sementes de uma internacional fascista" também podem ser buscadas a partir do antissemitismo internacional e seu manual mais conhecido, qual seja, os já descritos *Protocolos dos sábios de Sião*.²¹

Segundo Hannah Arendt, a "contrapropaganda judaica falha ao denunciar os antissemitas como simples malucos" e mais ainda ao "reduzir o antissemitismo ao nível banal de um preconceito que nem merece discussão".²² Para ela, o antissemitismo moderno nunca foi uma simples questão de extremismo nacionalista", mas sim "uma internacional" com seus postulados expressos pelos ditos Protocolos, "distribuídos e lidos em todos os países, com muitos ou nenhum judeu na população", pouco importando as constantes demonstrações da falsidade de tais documentos, face a utilidade geral de seu conteúdo.²³

Em termos políticos, visto que os Protocolos apresentam lições de como subverter nações e estados nacionais visando a conquista e o domínio mundial, a partir de uma conspiração internacional "de base étnica e racista" [...], "a organização dos supostos Sábios de Sião foi um modelo seguido" pelos nazistas" para o desenvolvimento de suas doutrinas.²⁴ Assim, é possível admitir que, para além dos argumentos que demonstram serem os Protocolos inverídicos, o preconceito histórico desenvolvido em relação aos judeus, somado a construção lógica do seu conteúdo, terminaram por conferir-lhes credulidade junto a uma sociedade tradicionalmente antissemita. Desse modo, se por um lado os Protocolos evidenciaram a necessidade de contenção da conspiração judaica, por outro apresentaram aos nazistas as táticas que poderiam ser usadas em sua escalada ao domínio mundial, ao mesmo tempo em que o discurso da manutenção do "mundo fictício" era mantido, a título de mentira utilitária. Como visto, enquanto "conspiração global, o nazismo tinha como base essencial o anti-semitismo". Portanto, para Hannah Arendt, se "alguém afirma que o anti-semitismo" é "o único

¹⁹ ARENDT, 2006, p. 390.

²⁰ ARENDT, 2008, p. 173.

²¹ ARENDT, 2008, p. 170.

²² ARENDT, 2008, p. 169.

²³ ARENDT, 2008, p. 170.

²⁴ ARENDT, 2008, p 170-171.



resquíio do" nazismo, "equivale a dizer que" sobreviveu "o principal ponto de apoio de sua propaganda e um dos "princípios mais importantes" de sua "organização política".²⁵

Embora não seja pretensão deste texto levantar todas as circunstâncias históricas que contribuíram para o advento do antissemitismo, o que seria de uma presunção sem tamanho, o que foi trabalhado até o momento permite o desenvolvimento de uma linha de raciocínio que favorece a compreensão do oportunismo nazista em relação a ele. Exorcizados como traidores de Jesus, vilipendiados como materialistas, responsabilizados pelo advento do comunismo, cientificamente tratados como uma escória genética parasitária e, na condição de apátridas, desprovidos da proteção de um estado nacional próprio (até 1948), os judeus tiveram agregadas contra si algumas características admitidas como nefastas ao longo da História, que muito cooperaram para o antissemitismo. Colocado deste modo, considerando não ser possível isolar o homem Adolf Hitler da concatenação de ideias e acontecimentos do seu tempo, este não deixou de propagandear o ódio aos judeus e a exacerbação do discurso nacionalista junto a sociedade de massa alemã, de modo a fortalecer o movimento totalitário em sua escalada ao poder estatal, bem como não deixou de se apropriar de os *Protocolos dos sábios de Sião*, de modo a favorecer à prática do poder totalitário.

Referências

ARENDDT, Hannah. *As sementes de uma Internacional fascista*. In: KOHN, Jerome (Org.). *Compreender: formação, exílio e totalitarismo / Ensaio (1930-1954)*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras / Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 168-179.

ARENDDT, Hannah. *À mesa com Hitler*. In: KOHN, Jerome (Org.). *Compreender: formação, exílio e totalitarismo / Ensaio (1930-1954)*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras / Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 309-319.

ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Anti-semitismo, Imperialismo, Totalitarismo. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ARENDDT, Hannah. *O que é Política?* Fragmentos das Obras Póstumas Compilados por Ursula Ludz. São Paulo: Bertrand Brasil, 1998.

BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Editora Ave Maria, 2009.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Trad. Maria Manuel Miguel e Rui Grácio. Porto: Publicações Europa-América, 1999.

BURNS, Edward McNall *et. al.* *História da Civilização Ocidental*. Trad. Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1980. V. 1.

CALAINHO, Daniela Buono. *História Medieval do Ocidente*. Petrópolis: Vozes, 2014.

²⁵ ARENDDT, 2008, p. 169.



CONAN, Éric. A Origem dos Protocolos dos Sábios de Sião: Os Segredos de Uma Manipulação Anti-Semita. *Revista L'Express*. Paris, 16 nov. 1999. Texto republicado em 21 de agosto de 2000 pelo site PHDN. Disponível em: <<https://phdn.org/antisem/protocolos/origines.html>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

GIORDANI, Mário Curtis. *História de Roma*. Petrópolis: Vozes, 2006.

HITLER, Adolf. *Minha Luta*. Trad. Klaus Von Puschen. São Paulo: Centauro, 2001.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

JOLY, Maurice. *Diálogo no inferno wntre Maquiavel e Montesquieu ou a política de Maquiavel no século XIX, por um contemporâneo*. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Edipro, 1985.

LE GOFF, Jacques. *A bolsa e a vida: a usura na Idade Média*. Trad. Rogério Silveira Muoio. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: Unicamp, 1994.

OS PROTOCOLOS dos Sábios de Sião. São Paulo: Edições Júpiter, 1995.

REVISTA MORASHÁ, n. 53, jun. 2006. A Rússia Czarista e os Judeus. Disponível em: <<http://www.morasha.com.br/revista/53.html>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

VIEIRA, Fábio Antunes; JESUS, Alysson Luiz Freitas de. A Eugenia e o Imperialismo como Fundamentos da Ideia de Paz Segundo Adolf Hitler. *Revista Desenvolvimento Social*. Montes Claros: Unimontes, n. 21/01, p. 105-115, 2017.

Recebido em: 20/09/2019.

Aprovado em: 20/10/2019.